

## Identidade étnica entre italianos no mundo rural paulista\*

Oswaldo Truzzi (UFSCar e CNPq)

### 1. Introdução

Como se construiu e como evoluiu a identidade étnica entre italianos no contexto específico das áreas rurais do interior paulista? Este trabalho busca responder a esta questão, focalizando o período entre o início da imigração em massa, no último quartil do século XIX e o início dos anos trinta, quando a grande crise econômica mundial repercutiu fortemente sobre a economia cafeeira paulista.

Sob qualquer ponto de vista, a relevância dos italianos no estado de São Paulo e, em particular, no interior paulista, é fato inconteste. Na era das migrações em massa, dos mais de quatro milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1888 e 1939, os italianos representaram o maior grupo, perfazendo 34% dos ingressados no país (Nugent, 1995:125).

No panorama nacional, o estado de São Paulo foi o destino de cerca de 70% dos italianos que vieram ao Brasil entre 1870 e 1920 (Alvim, 1986:118). O censo realizado em 1920, quando o fluxo da imigração italiana ao Brasil não era mais tão expressivo, apurou 558.405 italianos no país, 71% dos quais residiam no estado de São Paulo. Tal cifra não toma em consideração os filhos de italianos já nascidos no Brasil, nesta época já bastante abundantes.

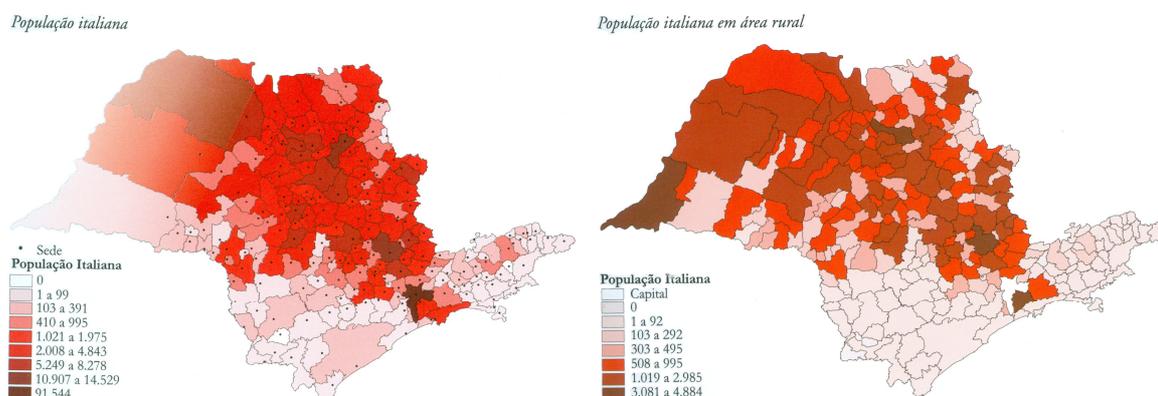
No estado, a imensa maioria dos italianos dirigiu-se para o interior, carreados para as lavouras cafeeiras em expansão. Holloway (1984:62) estimou que entre os anos de 1893 e 1910, nove em cada dez imigrantes que deixaram a hospedaria localizada no Brás, em São Paulo, dirigiram-se ao Oeste Paulista. Acumulavam-se, sobretudo, nas zonas servidas pelas ferrovias Paulista e Mojiana.

---

\* Este trabalho contou com o apoio do Projeto Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório, desenvolvido junto ao Nepo-Unicamp e coordenado por Rosana Baeninger.

Por ocasião do censo de 1920, cerca de 400 mil italianos habitavam o estado de São Paulo, 77% dos quais eram domiciliados fora da capital. O mapa a seguir indica as áreas do interior de maior concentração de italianos no estado nesta data.

Mapas 1 – População Italiana (1920) e 2 – População Italiana Rural (1934) em S. Paulo



Fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi (2008).

Pode-se, obviamente, questionar a propriedade de uma discussão sobre italianidade no contexto específico do interior paulista. Este artigo toma um partido favorável a tal recorte, sem, contudo, deixar de reconhecer processos gerais que produziram impacto sobre as identidades de italianos e descendentes indistintamente na capital, no interior e, mais amplamente, em todo o Brasil. Não obstante, a expressão numérica dos italianos no interior paulista - muitas vezes ignorada, mais a produção acadêmica sobre o tema bastante centrada sobre o que ocorreu na capital, conjugadas a uma série de condicionantes peculiares ao mundo rural e às cidades interioranas paulistas justificam o recorte empírico aqui proposto.

## 2. Uma italianidade *made in* São Paulo

A chegada em massa de italianos no estado de São Paulo pôde se desenvolver plenamente graças à decisiva atuação das elites rurais do estado, que já vinham há tempos buscando uma solução ao problema da substituição da mão de obra cativa para a lavoura do café, sobretudo nas áreas de expansão do plantio conhecidas como novo oeste. Apesar da chegada de contingentes de italianos a São Paulo desde a década de 1870, o passo decisivo foi dado em julho de 1886, quando famílias importantes da cafeicultura paulista, como os Prado, os Souza Queiroz e os Paes de Barros, fundaram a Sociedade Promotora da Imigração, destinada a incentivar a imigração estrangeira em larga escala para o estado. Inicialmente, a quase totalidade do fluxo foi composta por italianos, dando-se preferência à imigração de famílias (Hutter, 1972:33; Alvim, 1986:49).

A Sociedade Promotora de Imigração se caracterizou assim como um projeto bem sucedido desta elite de produtores de café, já que, ao cabo de seus nove anos de atividade, contratou e introduziu 266.732 imigrantes no estado, que obtiveram pronta colocação nas fazendas (Bianco, 1982:85). “Mudou também o próprio serviço de imigração do estado, que, com a sua dissolução em 1895, irá seguir a mesma forma de atuação, incorporando todo o *modus operandi* já estabelecido. Este quarto de milhão de pessoas permitirá que a lavoura cafeeira continue a se desenvolver e possa também expandir para as terras desocupadas do oeste paulista” (Santos, 2007).

Uma das características mais importantes de tal *modus operandi* era que as famílias imigrantes chegavam a São Paulo com passagens pagas pelo estado. De fato, entre os anos de 1888 e 1914, mais significativos para a chegada de italianos, a imigração subsidiada representou mais de 60% das entradas (Nugent, 1995:127). Alvim (1986:91), referindo-se a um período maior (entre 1893 e 1928), apurou que 73% das novas chegadas à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo eram de imigrantes subsidiados.

A chegada em massa de imigrantes subsidiados, ainda que muito conveniente para os fazendeiros, que podiam assim manter deprimidos os custos do trabalho graças à oferta abundante de mão de obra (Hall, 1969), impunha um enorme custo para o erário

público. Além disso, tratava-se de uma mão de obra muito pouco qualificada, em sua maior parte analfabeta<sup>1</sup> e, talvez por isso mesmo, disposta a ser explorada em troca de sua mera sobrevivência física. Os Estados Unidos, que atraíram muito mais imigrantes que o Brasil, jamais adotaram tal política. Na vizinha Argentina, o esquema de subsídios vigeu por apenas três anos, sendo abandonado após um debate que pesava os prós e contras de tal política migratória.

Por causa disso, não há dúvida que, comparativamente, São Paulo atraiu o “pior” estoque de migrantes disponíveis, muitos dos quais não teriam sequer condições de se organizar para imigrar, não fosse o papel ativo da Sociedade Promotora da Imigração - e encampado em seguida pelo próprio governo paulista - em arrebanhar famílias próximas da miséria e dispostas a cruzar o Atlântico com passagens pagas pelo estado. Como por várias vezes esclareceu Martinho Prado, “o imigrante que vem para o Brasil em regra não tem recurso nenhum, são os que vivem na miséria em seu país; o que vai para a República Argentina é o que tem alguns recursos, algum capital (...) Emigra para o Brasil somente o indivíduo sem recurso, assaltado pela necessidade sob todas as suas formas, e o faz encontrando passagem gratuita ou reduzida, contentando-se com subsistência garantida e isenção de serviço militar para seus filhos” (apud Beiguelman, 2005:112 e 118).

Tratou-se, portanto, de uma imigração, de modo geral, muito pouco qualificada, mas, por isso mesmo, adequada aos propósitos das elites rurais que desejavam tão somente substituir a mão de obra escrava nas fazendas de café.

De modo geral, São Paulo recebeu fluxos de italianos de procedências regionais bastante diversas.<sup>2</sup> A maior parte dos italianos que chegaram entre os anos de 1876 e 1920 procediam do norte da Itália, mais precisamente do Vêneto. O Vêneto foi a única região da Itália cuja maioria dos imigrantes veio ao Brasil e este fluxo foi mais

---

<sup>1</sup> Bertonha (2005:121) estimou em 80% o grau de analfabetismo na Itália ao final do século XIX, enquanto Foerster (1919:96), referindo-se ao sul da Itália nos primeiros anos do século XX, afirma que três entre quatro habitantes de seis anos ou mais não sabiam ler ou escrever.

<sup>2</sup> As procedências regionais de italianos para o Brasil, agrupadas em períodos distintos, podem ser consultadas em Alvim (1986:62) e Trento (1989:60 e 268).

consistente sobretudo até os primeiros anos do século XX (Franzina, 2006). Nesta região (bem como nas províncias vizinhas da Lombardia), trabalhavam, originalmente, ora como pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, ora como assalariados (incluindo-se nesta categoria colonos e *braccianti*). Cabe também aqui mencionar a influência marcante do catolicismo sobre esta população, muito mais acentuada que o republicanismo, de muito maior impacto entre os italianos que rumaram à Argentina (Devoto, 2006).

Não obstante, outras regiões localizadas ao sul da Itália também enviaram contingentes expressivos de italianos ao Brasil, entre as quais se destacam a Campania e a Calábria. Neste caso, o contingente migratório abrangeu, em maior proporção que o do Vêneto, indivíduos que vieram sem famílias, algumas vezes nos quadros de uma imigração temporária e originária de pequenas vilas. Em São Paulo, alternaram-se entre as lides rurais mais atinentes ao trabalho de formação das fazendas (ou de diaristas) e a de mascates, pequenos negociantes ou artesãos instalados tanto na capital quanto em muitos municípios do interior.

Vêneto, Campânia, Calábria e Lombardia foram as quatro regiões que mais contribuíram para o fluxo de italianos ao Brasil (cerca de 60%, entre os anos de 1876 e 1920), mas a emigração para cá a estas não se limitou e abrangeu muitas outras regiões da Itália. É também interessante notar que no interior de cada uma destas regiões, há províncias e, mais especificamente, áreas de emigração que forneceram mais contingentes a determinados municípios paulistas, graças ao fenômeno das cadeias e redes migratórias, que engrossou determinados fluxos pela aglutinação de parentes e conterrâneos. Assim é que, por exemplo, Alvim (1986:64-5) se refere à predominância de mantovanos em Ribeirãozinho (atual Taquaritinga), de *oriundi* de Potenza (na Basilicata) em Mococa e de vênnetos em São José do Rio Pardo. (Ribeirão Bonito).

Porém, não obstante tais concentrações, o que se verifica quando se investiga a fundo um determinado município, é uma diversidade apreciável de origens regionais. Em São Carlos, por exemplo, tomando-se por base os registros paroquiais de casamento de

italianos entre 1869 e 1940, pode-se avaliar o mosaico das diversidades regionais: foram identificados casamentos de cônjuges originários de todas as 20 regiões italianas, 14 das quais apresentando no mínimo 50 indivíduos. Assim, casaram-se apenas em São Carlos, no período em questão, cônjuges nascidos em mais de 500 municípios e vilas distintas do território italiano.

Tal ordem de consideração é muito importante quando se tem em conta que a emigração em massa de italianos ao interior paulista ocorreu menos de duas décadas após ter se completado o processo de unificação do estado e a constituição da Itália como nação. Tal circunstância trouxe consequências decisivas para a discussão de uma suposta identidade italiana entre os aqui chegados. Suposta porque, a rigor, pelo menos até os anos iniciais do século XX (período no qual o fluxo foi mais volumoso), dificilmente se pode falar em identidade italiana para os emigrantes em seu momento de chegada ao Brasil. De fato, nos quadros de uma Itália recém-unificada, com influências e processos de desenvolvimento regionais historicamente muito distintos, dialetos próprios e diferenças culturais muito acentuadas, sobretudo entre o Norte e o Sul da península, torna-se temerário falar em uma italianidade trazida a São Paulo pelos imigrantes.

Uma perspectiva mais correta seria investigar os processos que presidiram a construção de uma *italianità all'estero*, isto é, aqui construída - processos que se apresentaram àqueles que imigraram, em nosso caso específico, ao interior paulista. Nesse sentido, em primeiro lugar importa destacar as mudanças na identidade impostas pelo próprio fenômeno migratório. Se na terra de origem havia pouca consciência de pertencimento à nação recém-unificada, a condição comum de imigrante, em contato diário com a população nativa e com outros grupos de imigrantes de outras procedências nacionais, conduz, aos poucos, ao reconhecimento como italianos. Tal processo, em que os outros designam como italianos o grupo, traz consequências sobre a formação de uma identidade comum, na medida mesmo em que falar e designar significa classificar, qualificar e, portanto, instaurar uma identidade, como nos ensinou Bourdieu (1996).

Soma-se a tal circunstância a própria inserção ocupacional da maioria dos italianos como colonos trazidos para substituir os negros escravos nas plantações de café. Diante da prepotência dos fazendeiros no trato com a mão de obra, e na condição de substitutos efetivos do trabalho escravo nas lavouras, muitos italianos temeram ser tratados como tais. Havia razões concretas para tal. Adolfo Rossi, que em 1902, a serviço do governo italiano, inspecionou as condições de trabalho nas fazendas paulistas, relatou o modo como a queixa de um colono foi recebida: “Cale a boca. Vocês, italianos, são escravos, e nós, nativos, somos os senhores” (Rossi, 1902:41). Além disso, o despotismo patronal extravasava os limites da relação de trabalho para se insinuar em outros domínios da vida privada dos colonos, concretizando-se, por exemplo, como na época da escravidão, no assédio às mulheres. Em um dos episódios mais sérios e de ampla repercussão na colônia italiana, o próprio irmão do presidente Campos Salles tombou sem vida após a reação de um colono que procurara defender sua família das investidas do administrador contra sua irmã, em uma fazenda em Analândia no ano de 1900 (Dean, 1977).

Assim, apesar de conviverem durante muitos anos com escravos ou, de modo geral, com mão de obra nacional alocada a tarefas que precediam ou complementavam os cuidados e a colheita nos cafezais, os italianos trataram de enfatizar, a todo momento, suas distâncias em relação a negros e mulatos. Era um meio de marcar sua posição relativa superior na hierarquia social vigente nas fazendas, buscando, sobretudo para os fazendeiros, sinalizar seu *status* diferenciado em relação aos negros. Acopla-se então aí outro elemento da identidade em formação: a necessidade de afirmação racial como brancos, contrastiva em relação aos negros. Comprova este fenômeno o alto grau de conflitos entre italianos e negros observados em processos criminais no interior paulista, usualmente motivados pela insistência dos primeiros em se diferenciar dos últimos, conforme observou Monsma (2006). Frente a tais evidências, não seria demais afirmar que muitos italianos descobriram-se **brancos** no Brasil, já que na própria terra de origem pouco sentido havia em construir uma identidade racializada.

Esta primeira demarcação – racial - de fronteiras entre italianos e negros contou com o apoio, pelo menos tácito, das elites rurais. Isto se deu por vários motivos. Em primeiro

lugar, no plano ideológico, o final do século XIX e início do século XX comungaram a noção de que boa parte dos males da nação advinha da (de)formação de seu povo, e o embranquecimento, trazido pelos imigrantes, era apontado como uma fórmula redentora<sup>3</sup>. Em certa medida, portanto, os italianos obtiveram o endosso, das elites empenhadas em embranquecer o país, de que eram melhores que os negros. Além disso, foram vistos como fator de modernização, dada sua contribuição relevante à formação de um mercado interno, antes inexistente (Trento, 1994:255). No plano econômico, mais fundamental para a manutenção dos interesses desta elite, respirava-se aliviado com a descoberta de que os italianos propiciavam perfeitamente a manutenção do regime latifundiário e a possibilidade de expansão do plantio de café nas novas terras férteis do oeste paulista. Por causa disso, “desenvolvia-se, com respeito ao trabalhador italiano”, conforme bem observou Paula Beiguelman citando Martinho Prado, “um estereótipo altamente positivo: ‘se a Sociedade Promotora tem introduzido até hoje somente italianos, e do Norte, não o fez por sistema, procurando afastar o de outras procedências. O motivo principal foi o já apontado, da preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça’” (Beiguelman, 2005:116)

Situa-se aí outro elemento de uma identidade em formação: o início da construção de uma ética do trabalho, de uma valorização - diga-se de passagem até então inédita em nossa plagas - do trabalho como algo a ser valorizado. Não se trata exclusivamente do trabalho dos italianos, mas tampouco se trata de qualquer trabalho: trata-se do trabalho do imigrante (no qual o elemento italiano teve papel fundamental, conforme percebeu Trento, 1994:256) e do início da construção de uma ideologia de sucessos individuais, que irá se desenvolver pautada pelo modelo *self-made-man*, conquistada às custas de um trabalho árduo e continuamente alimentada por alguns exemplos de trajetórias percebidas como bem sucedidas. Neste sentido, pode-se afirmar que os italianos no

---

<sup>3</sup> Truzzi (2012) ilustra como o conceito de assimilação foi empregue visando tal fim.

interior paulista ajudaram a fundar uma ética do trabalho, mesmo que pouco coletivista e essencialmente individualista.

Foram estes os primeiros tons de uma identidade italiana ainda em formação, impactada inicialmente pelas próprias consequências do fenômeno migratório, e cujo desafio maior era superar identidades locais ou regionais em favor de uma identidade nacional. Tratou-se de um longo e difícil processo, para o qual também contribuíram parcialmente, de um lado, a imprensa e as escolas étnicas - pela divulgação de um idioma dominante por cima dos dialetos regionais - e de outro, o movimento étnico associativo e a constituição de elites italianas interessadas em se consolidar localmente.

Porém, não se pode ignorar que tais instituições (imprensa, escolas e associações étnicas) produziram um impacto muito maior no ambiente urbano, tendo penetração bastante modesta nos meios rurais. No meio urbano dos municípios do interior paulista, a discussão sobre italianidade se coloca sob outros moldes, porque tanto o associativismo étnico, quanto as oportunidades para a mobilidade sócio-econômica foram mais relevantes neste contexto. Por ora, importa reter que a italianidade a que se faz referência é um sentimento de pertencimento desencadeado pelo próprio fenômeno migratório a um determinado destino, e que em boa parte se forma somente em São Paulo, e antes mesmo de ser experimentado por italianos, compatriotas dos imigrantes, que permaneceram na terra de origem.

### 3. No meio rural

As fazendas de café eram o destino por excelência dos italianos emigrados. “Em 1894, dos 29140 imigrantes entrados na Hospedaria do Brás, 23970 (82%) foram trabalhar em fazendas” (Trento, 1989:121). Foi um começo difícil. Inicialmente, antes da abolição, muitos italianos trabalharam lado a lado com escravos, submetidos à prepotência generalizada dos fazendeiros. Séculos de escravidão não poderiam deixar de contaminar as relações de trabalho, mesmo terminado o regime cativo. É certo que as condições de

trabalho podiam variar muito de fazenda para fazenda, dependendo da postura de seus proprietários e dos administradores no trato com os colonos. Porém, de modo geral, a rígida disciplina vigente nas fazendas durante o tempo das senzalas permeou também o regime do colonato, no qual uma labuta diária intensiva no cafezal contracenava com um controle rígido das sociabilidades das famílias, manifesto pelos horários de se trabalhar, de se recolher e nas interdições para a saída das fazendas.

De um posto de vista econômico, os colonos em melhor posição eram aqueles que desfrutavam de uma família extensa, cujos membros pudessem se engajar no trabalho e que, ademais, trabalhavam em propriedades com cafezais em formação, onde normalmente se permitia o chamado cultivo intercalar entre as ruas dos cafezais. Uma família com muitos membros aptos ao trabalho, empregada em uma propriedade na qual houvesse a possibilidade de se produzir rendimentos não monetários, por meio do cultivo de hortaliças ou de criação de animais, e que ainda fosse próxima de algum núcleo urbano, era o ideal a ser perseguido.

Contudo, a realidade vivenciada pela maior parte dos colonos era quase o oposto: dependência econômica do armazém da fazenda e consequente endividamento progressivo, falta de assistência médica ou religiosa, proprietários e administradores despóticos e isolamento imposto pelo regime de trabalho. Frente a tais condições, aliadas à diversidade (de origens e racial) dos trabalhadores, as mobilizações coletivas de colonos foram muito pouco frequentes. Como observou Holloway (1984, p.160), “a despeito da presença de centenas de trabalhadores, em muitas fazendas individuais, vários fatores inibiram o desenvolvimento do ativismo ideológico ou político entre os colonos do café. O mais importante era o paternalismo, sempre um instrumento potencial, e amiúde real, de controle e cooptação”.

Alvim (1986:103) queixa-se de que “houve incompreensões de todo nível quanto à falta de uma participação política mais intensa ou de maior organização dos colonos italianos frente a todo tipo de arbítrio a que estiveram submetidos”. De qualquer modo, os autores (José de Souza Martins, Michael Hall e Verena Stolcke) com quem discute

compartilham a noção da baixa participação política dos italianos, embora apontem razões relativamente distintas. É difícil não compartilhar da visão de Alvim (1986:116), já anteriormente sugerida por Hall (1969), que caracteriza a participação política dos italianos no meio rural não como formal, mas como uma luta de resistência aos desmandos dos fazendeiros, e estruturada, sobretudo, em torno das unidades familiares. As manifestações inequívocas destas formas de resistência política exprimiram-se sob três formas distintas: mobilidade freqüente entre fazendas<sup>4</sup>, mudança para o ambiente urbano e, no extremo, retorno ao país de origem (ou nova tentativa em outro país, mais comumente a Argentina).<sup>5</sup>

Além de pouco favorecer uma potencial mobilização política, a condição de isolamento dos colonos cerca adentro das fazendas impunha outras limitações. Foerster (1919:298), enfatizou, a este respeito, “o isolamento no qual toda a força de trabalho das fazendas vive, e o nível cívico incrivelmente baixo. Contatos com o mundo exterior são raros. Não é uma coisa incomum filhos de imigrantes bem sucedidos crescerem sem frequentar nenhuma escola elementar.” Mesmo em meados dos anos 20, quando o fascismo já ganhara algum terreno entre os italianos nas cidades, um militante fascista italiano observará, com realismo, “que, apesar do fascismo e, especialmente, da figura de Mussolini, serem muito bem vistos nas fazendas, o fascismo dos colonos era muito superficial e que o sentimento de italianidade deles tinha se tornado muito rarefeito com o passar dos anos. Não se podia esperar outra coisa, porém, de colonos extremamente pobres, em boa parte analfabetos e quase que completamente isolados dos veículos de transmissão da italianidade e da cultura fascista que eram montados nas cidades” (Bertonha, 2001:193).

Tais condições de vida no meio rural não poderiam deixar de impor uma sociabilidade restrita, amiúde confinada ao próprio estabelecimento no qual se trabalha e às fazendas da vizinhança. Do ponto de vista da reprodução do grupo, tal situação, combinada com a forte influência dos regionalismos entre italianos, acarretou padrões conjugais

---

<sup>4</sup> Sobretudo em épocas de colheita, quando a demanda de mão de obra era maior e as condições de barganha mais favoráveis aos colonos.

<sup>5</sup> Sobre a imigração de retorno, consultar também Trento (1989:252 e 255).

fortemente endogâmicos, não apenas em relação à nacionalidade, mas também em relação a macro-regiões (Norte e Sul) e mesmo regiões (Vêneto, Calábria, Campania, Lombardia, Abruzzo etc) da Itália.

De fato, analisando em profundidade um universo de mais de 30 mil casamentos ocorridos no município de São Carlos entre 1860 e 1930<sup>6</sup>, Truzzi (2012) apurou que entre italianos, entre 1888 e 1909, o percentual de endogamia masculina nunca foi inferior a 80% - a média do período é de 91,5% -, o que significa dizer que, para cada 100 italianos, 91 se casavam com italianas no período. Trata-se, portanto, de uma endogamia masculina<sup>7</sup> bastante expressiva. A partir de 1910, o percentual declina de modo consistente, chegando a apenas 20% em 1930. Contudo, tal queda, ao invés de significar que os italianos estariam de fato se misturando de forma crescente, indica que a partir da segunda década do século XX, os italianos passaram a crescentemente dispor de filhas de italianos nascidas no Brasil (portanto brasileiras) com idade para se casar. Nesse caso, observa-se o que alguns autores<sup>8</sup> denominam de *endogamia oculta*, ou seja, um padrão nupcial ainda endogâmico do ponto de vista étnico-cultural, mas não endogâmico de um ponto de vista formal, em decorrência da legislação brasileira do *jus solis*. De fato, corrigindo-se os percentuais de endogamia masculina e feminina de modo a incluir a endogamia oculta, mais de 80% dos cônjuges italianos ou brasileiros com pai ou mãe italiana optaram por se casar com um parceiro na mesma condição (Truzzi, 2012).

Assim, para o tema que mais imediatamente nos interessa, a aparente queda nos indicadores de endogamia a partir de 1909 reflete apenas os casamentos de italianos(as) com brasileiras(os) filhas(os) de italianos(as), o que pouco significa em termos de perda da identidade étnica orientando opções conjugais. Como interpretar tal padrão? Sendo o colonato um regime de trabalho assentado sobre bases familiares, a sobrevivência ou mobilidade socioeconômica destas unidades repousava fundamentalmente sobre as

---

<sup>6</sup> Trata-se de um município típico da economia cafeeira e, portanto, com uma parcela expressiva de população rural. Em 1907, por exemplo, dos 11342 italianos que habitavam o município, mais de 84% eram domiciliados na zona rural.

<sup>7</sup> No caso de italianas, os padrões endogâmicos são ainda maiores, graças à relativa escassez de mulheres e conseqüente "reserva" destas para homens de mesma nacionalidade.

<sup>8</sup> Cf. Míguez et al., 1991: 802; Devoto, 2004:327; Borges, 2009:269.

atitudes dos indivíduos diante do trabalho. E o casamento, de forma coerente, procurava associar capacidades de trabalho percebidas como promissoras, entre cônjuges saudáveis, fisicamente aptos a estabelecer uma prole numerosa e, sobretudo, dispostos a subir na vida pelo trabalho.<sup>9</sup> Para perseguir tal intuito, era mais fácil se casar com gente conhecida, de confiança, de mesma origem e predisposições comuns. Daí as reservas, logo convertidas em estereótipos, em relação aos casamentos com brasileiros, vistos como indolentes e pouco dispostos ao trabalho. Além disso, como argumentaram Levy e Scarano (1999:64), como a imigração, até pelo menos o espocar da Primeira Guerra Mundial, era encarada como projeto temporário, "esse propósito vai direcionar os casamentos com parceiras da mesma nacionalidade, a fim de facilitar uma possível volta, o que seria difícil se o casamento fosse com pessoa estranha à mesma origem". De qualquer modo, pode-se então afirmar que um sustentáculo importante da italianidade resistiu no âmbito das relações privadas, familiares, em particular nas estratégias de casamento, pautadas por uma forte endogamia, pelo menos para os que cruzaram o Atlântico. A partir dos anos 1930 e 1940, é provável que as novas gerações nascidas no Brasil tenham reformado tais condutas.

Ainda no meio rural, resta apontar para dois outros fenômenos que debilitaram cada vez mais a afirmação de uma identidade italiana. O primeiro deles configura-se como decorrência imediata dos desacertos entre as políticas migratórias da Itália e do Brasil e diz respeito à queda significativa no fluxo de imigrantes italianos a partir do início do século XX, em boa parte substituídos por espanhóis e portugueses. Como observou Trento, "depois de ter representado 56,9%, entre 1886 e 1900, reduziu-se a 23,8%, entre 1901 e 1920, e desabou para 10,6% entre 1921 e 1940" (Trento, 1989:268). A descontinuidade na entrada de volumes significativos de imigrantes italianos certamente fez seu papel em debilitar a italianidade, à medida que recém-chegados incessantemente alimentam os vínculos com a terra de origem.

---

<sup>9</sup> Corroborando o exposto, Bassanezi (2003, p.275), por exemplo, apurou que "nas áreas de produção de café os imigrantes alteraram o padrão de casamentos vigente na terra de origem: casaram-se mais jovens e com maior frequência que na Europa".

Em segundo lugar, importa apontar o próprio processo de diferenciação social progressivo entre os italianos, sobretudo a partir do século XX. Tome-se aqui, mais uma vez como exemplo, um município como São Carlos. Um censo municipal realizado em 1907 apontava já nesta data certa diferenciação profissional entre italianos com domicílio rural: no meio da massa de colonos e diaristas, já figuravam 504 lavradores independentes, 34 administradores, 43 empreiteiros e 80 negociantes (Truzzi e Bassanezi, 2009).

O maior indicador, entretanto, traduziu-se pelo acesso contínuo a pequenas propriedades. Regra geral, à medida que o século avançava, a expansão da fronteira agrícola em direção a novas terras a oeste do estado - sobretudo no rumo da zona da ferrovia Araraquarense e, mais tarde, da Noroeste - favorecia em alguma medida o estabelecimento de pequenas propriedades conduzidas por imigrantes, italianos especialmente<sup>10</sup>. Cabe notar que a maior parte deles havia trabalhado por anos como colonos em zonas mais antigas, como a Paulista e a Mojiana, e às custas de muita frugalidade, sacrifício e alguma sorte, haviam logrado acumular algum pecúlio para adquirir um pequeno sítio. Foi Holloway (1984:246-7) quem pela primeira vez chamou a atenção que na primeira década do século XX, já “havia propriedades de donos estrangeiros espalhadas por todo o Oeste paulista, e seu número cresceu nos anos seguintes (...) Na medida em que a sociedade agrária cresceu em tamanho e complexidade, da Abolição da Escravatura à Grande Depressão, os fazendeiros paulistas foram suplementados, mais do que substituídos, pela entrada de imigrantes nos níveis mais baixos do grupo proprietário de terras”. Este autor apurou, por exemplo, que já em 1905, cerca de 22% das propriedades rurais do planalto ocidental<sup>11</sup> pertenciam a imigrantes de modo geral - 14% a italianos -, enquanto que em 1920 tais cifras se elevaram a 39% e 32%<sup>12</sup> respectivamente (Holloway, 1984:222, 231 e 233). Trata-se de números não desprezíveis e que apontam para uma progressiva diferenciação social

---

<sup>10</sup> Em parte porque os italianos em sua maioria chegaram antes de portugueses e espanhóis. Italianos também se beneficiaram de propriedades que eram fracionadas em áreas antigas, já decadentes do interior paulista.

<sup>11</sup> Vasta região do interior paulista na qual se desenvolveu progressivamente a cultura cafeeira a partir de meados do século XIX e que abrange a zona central, polarizada por Campinas, a Mogiana, a Paulista, a Araraquarense, a Noroeste e a Alta Sorocabana (Holloway, 1984:34).

<sup>12</sup> Esta última referente ao ano de 1923.

entre imigrantes italianos no meio rural, muito embora o significado de tais propriedades em termos de área ou de produção cafeeira não acompanhe sua expressão numérica. De qualquer forma, sua existência no mínimo servia, segundo este autor, como *efeito de demonstração*, uma ilusão de oportunidade e mobilidade ascendente, que de algum modo restringia as atitudes coletivas dos trabalhadores das fazendas e debilitava qualquer coesão étnica (Holloway, 1984:246-7).

Deste modo, e sobretudo entrados os anos de 1920, o velho sonho de famílias de imigrantes, sobretudo aquelas oriundas do Vêneto, de se tornarem proprietárias, para algumas delas pôde ser finalmente atingido, mesmo que às custas de uma longa e penosa trajetória, por vezes iniciada três ou quatro décadas antes. De qualquer modo, tal circunstância pouco repercutiu sobre o reforço de uma identidade italiana. Estes pequenos proprietários imigrantes, majoritariamente italianos, conforme ponderou Holloway (1984:260), “nunca se tornaram uma força política, baseados quer em sua condição econômica, quer no apelo às origens imigrantes comuns. Nem obteve trânsito uma ideologia baseada nos valores imputados ao lavrador de fronteira. Se alguns imigrantes e seus descendentes participaram, afinal, do sistema político formal, isso foi mais através de colaboração do que pelo desenvolvimento de um grupo de interesses independente”. Alguns anos depois, a grande depressão dos anos trinta iria atingir indistintamente a todos, colonos, grandes e pequenos proprietários, selando para muitos imigrantes italianos e seus filhos o destino de outra migração para os centros urbanos.

#### 4. Considerações finais

Ao longo deste percurso relativamente extenso, procurou-se observar como a italianidade no interior paulista se desenvolveu, sujeita a processos que operaram tanto ao nível individual e de grupo, quanto em um âmbito mais estrutural. Entre os primeiros, importa ressaltar o background cultural, social e econômico pouco favorável dos imigrantes italianos aqui chegados, a maioria deles recrutados por uma política migratória de subsídios cujo objetivo era, sobretudo, prover a grande propriedade cafeeira com fartura de mão de obra.

Carentes de recursos de toda ordem, a maioria dos imigrantes italianos aqui chegados eram despossuídos inclusive de uma identidade nacional, dadas as enormes discrepâncias regionais e a unificação relativamente tardia da Itália no contexto europeu. Dito isso, a própria condição comum, entre os *oriundi*, de imigrante, aliada ao contato com outros segmentos da população já nativa e com outros grupos imigrados, tratou de aos poucos erigir o reconhecimento de uma italianidade, forjada já na sociedade de acolhimento. Neste processo, chamam a atenção tanto a necessidade de afirmação racial como brancos, contrastiva em relação à população negra de origem escrava, quanto a valorização de uma ética de trabalho, de caráter preponderantemente individualista, associada aos imigrantes de modo geral, neles naturalmente incluídos os italianos.

Influenciada por possibilidades alternativas de inserção no mercado de trabalho, a identidade italiana se desdobrará a partir de então por percursos distintos, segundo o domicílio rural ou urbano. No meio rural, onde se empregava a maioria dos imigrantes, o potencial fortalecimento de uma identidade étnica italiana foi solapado pelo isolamento dos colonos, pela fatigante labuta diária, pelo regime disciplinar austero vigente nas fazendas e pela mobilidade geográfica constante de colonos entre propriedades, condições que em seu conjunto pouco favoreciam a sociabilidade do grupo. Já nas primeiras décadas do século XX, a diferenciação social crescente entre italianos no meio rural, aliada à descontinuidade brusca do fluxo de novos imigrantes italianos a São Paulo, igualmente desfavoreceu os vínculos com a origem e em decorrência qualquer sentido de pertencimento comum entre italianos no meio rural paulista.

## Referências

- Alvim, Z. Brava Gente! Os italianos em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Bassanezi, M; Scott, A; Bacellar, C; Truzzi, O. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- Beiguelman, P. Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, A : Aspectos Políticos. São Paulo: Edusp, 2005.

- Bertonha, J F. O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.
- Bianco, M E B. A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895) . Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982, mimeo.
- Borges, M. Chains of Gold – Portuguese Migration to Argentina in Transatlantic Perspective. Leiden: Brill, 2009.
- Bourdieu, P. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Choate, M. Emigrant Nation: The Making of Italy Abroad. Harvard U. P. 2008
- Dean, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Devoto, F. Historia de la inmigración en la Argentina, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2002.
- Devoto, F. Historia de los italianos en la Argentina, Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- Foerster, R F. The Italian emigration of our times. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1919.
- Franzina, E. A Grande Emigração - o Êxodo dos Italianos do Vêneto Para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.
- Hall, M. (1969). The origins of mass immigration in Brazil. Tese de Doutorado, New York.
- Holloway, T. Imigrantes para o café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- Hutter, L M. Imigração italiana em São Paulo (1880-1889). São Paulo: IEB, 1972.
- Levy, M. S. F. ; Scarano, Julisa . O Imigrante em São Paulo: Casamento e Nupcialidade. Revista População e Família, Sao Paulo, v. 2, 1999.
- Miguez, E. J. et alii. Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural. Hispanic American Historical Review, vol. 71, 4, 1991, pp. 781-808.
- Monsma, K. Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914. Journal of Social History, v. 40, n.4, p. 1123-1152, 2006.
- Nugent, W. Crossings: The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914. Bloomington: Indiana University Press, 1992
- Rossi, A. "Condizioni dei coloni italiani nello Stato di S. Paolo del Brasile," Bollettino dell'emigrazione 7 (1902): 3-88.
- Santos, I. P. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895 (disp. em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/mater>

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

ia02/). Trento, A. Do Outro Lado do Atlântico - um Século de Imigração Italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

Trento, A. Italianità in Brazil: A Disputed Object of Desire. In: Tomasi, L. et al. The Columbus People: Perspectives in Italian Immigration to the Americas and Australia. New York: Center for Migration Studies, 1994.

Truzzi, O. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1880-1930). Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 29, p. 169-189, 2012.

Truzzi, O. Assimilação Re-Significada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 517-553, 2012.

Truzzi, O. e Bassanezi, M S. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. Rev. bras. estud. popul., Dez 2009, vol.26, no.2, p.197-218.